



# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 1.112, DE 2012

Requeiro, com base no art. 7º, § 3º, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, combinado com os arts. 312, II, e 313, IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), destaque para votação em separado do § 2º do art. 12 do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 29, de 2012.

### JUSTIFICAÇÃO

A redação original da Medida Provisória (MPV) nº 577, de 29 de agosto de 2012, não trazia o § 2º do art. 12, que consta do PLV. Esse dispositivo foi inserido na Comissão Mista que apreciou a MPV, *após* a divulgação do avulso do relatório do Senador Romero Jucá.

O dispositivo, além de não ter sido devidamente discutido na Comissão, em virtude do açodamento com que foi inserido, ainda apresenta diversos problemas de constitucionalidade e de mérito.

Interfere abusivamente na liberdade de contratar, pois restringe indevidamente a forma de negociação para a alienação do controle acionário de uma empresa puramente privada (a concessionária sob intervenção). Esse ato privado, aliás, não se reflete na concessão, porque o plano de recuperação ainda precisa ser aprovado pela Aneel.

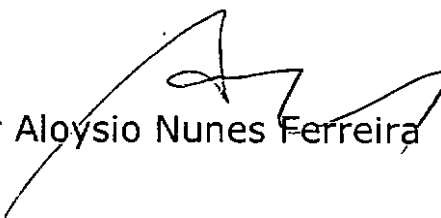
Por outro lado, essa alteração irá dificultar a apresentação do plano de recuperação da empresa concessionária, pois a empresa sob intervenção terá uma restrição no seu poder de negociar. Será muito mais difícil encontrar outra pessoa jurídica disposta a assumir a concessão. E, pior, a empresa possivelmente preferirá aceitar a extinção da concessão a abrir suas contas a todas as empresas, da forma como impõe a redação do § 2º do art. 12.

A alteração é inoportuna, pois dificulta a negociação. Contraria o interesse público, uma vez que o mais importante é que se encontre outra empresa apta a assumir a concessão, desde que a Aneel aprove essa transferência.

De acordo com o § 3º do art. 7º da Resolução nº 1, de 2002-CN, é possível ao Senado restabelecer a redação original da MPV. Da mesma forma, o art. 312, II, do RISF, permite a apresentação de destaque para votação em separado, inclusive de parte de projeto (art. 313, IV).

Dessa forma, requiro, com base no art. 7º, § 3º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, combinado com os arts. 312, II, e 313, IV, do RISF, destaque para votação em separado do § 2º do art. 12 do PLV nº 29, de 2012.

Sala das Sessões, dezembro de 2012

  
Senador Aloysio Nunes Ferreira